

ANTI-CORRUPÇÃO

TCE recebe denúncias contra seis prefeitos do interior

O presidente Sabino Paulo recebeu relatórios sobre irregularidades que estariam acontecendo em seis municípios

LUCIANO COELHO
Repórter de Geral

Uma comissão da "Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida" entregou ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, conselheiro Sabino Paulo, um relatório denunciando irregularidades encontradas nos municípios por onde já passou o movimento. Foram elencadas diversas denúncias dos municípios de Picos, Elesbão Veloso, Dom Expedito Lopes, Ipiranga, Inhumas e Aroazes.

Os manifestantes estão denunciando a corrupção e impunidade que grassa em vários municípios do Piauí. A Força Tarefa Popular alega que há mais de 120 municípios que não prestaram contas dos gastos públicos e nenhuma providência legal foi adotada.

Para chamar a atenção das autoridades, várias entidades estão empreendendo uma marcha de 311 Km a pé para solicitar uma ação enérgica contra

esta situação.

Em Picos, o movimento constatou que foram gastos R\$ 247,36 mil em obras, mas não se comprova a construção delas. Foi ajuizada uma ação popular denunciando a falta de prestação de contas de março de 97 a dezembro de 99 do prefeito José Neri de Sousa (PPB). O relatório pede uma auditoria nas contas do município de Picos nos dois últimos anos.

Em Dom Expedito Lopes, foram apresentadas várias queixas pela falta de transparência nas contas públicas. A comissão alega que a Câmara não torna pública as contas do Executivo. O município está inadimplente, segundo o relatório. Irregularidades foram apontadas na Educação e Saúde. Eles reclamam que não houve prestação de contas dos gastos desde 2000.

Segundo os membros da Marcha Contra a Corrupção, uma verba de R\$ 250 mil, de um convênio com o Ministério

da Integração Nacional, para melhoria habitacional não foi aplicada devidamente. Os manifestantes solicitaram uma auditoria no município.

Outros R\$ 150 mil destinados ao município de Dom Expedito Lopes pelo Ministério da Integração Nacional também foram desviados, segundo o relatório. O dinheiro seria usado para minimizar os efeitos da seca e fazer o abastecimento d'água na zona rural.

No município de Ipiranga, a Força Tarefa Popular está apurando informações sobre a liberação de recursos federais.

Em Inhumas foi ajuizada pelo Ministério Público uma ação civil pública contra o prefeito Alilo Leal (PFL) por atraso na prestação de contas, feitas com uso de notas fiscais inidôneas, fraudes em processo licitatórios, acumulação indevida de cargos. A ex-prefeita de Inhumas, Denise Leal, também foi denunciada por várias irregularidades ad-

ministrativas.

Em Aroazes, o relatório diz que o prefeito Ferdinand Soares não prestava contas há vinte meses. Foi ajuizada uma ação judicial para que o prefeito regularizasse as contas. Hoje o município está adimplente.

Mas foi pedida investigação para apurar o desvio de R\$ 51,6 mil para construção de uma avenida que não existe, R\$ 27,2 mil para a construção de duas salas de aula, recuperação da instalação elétrica e sanitária que há suspeita de superfaturamento. Além de outras irregularidades contábeis e fiscais. Para o movimento, uma auditoria resolveria e esclareceria os fatos.

Na verdade, foi pedida auditoria nos anos de 2000 e 2001 para todos os municípios relacionados. Mas houve o alerta para o trabalho investigatório nos balancetes. Tudo foi solicitado com base no artigo 5º da Constituição Federal e na Lei 9.051/95. (LC)